

PRODUTO TÉCNICO EDUCACIONAL

1. Proposta do Curso de Extensão

Título do curso:

MOMENTOS DE REFLEXÃO: A INTERSECÇÃO ENTRE RAÇA, CLASSE E GÊNERO E AS MEDIDAS PROTETIVAS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Justificativa:

Levando-se em consideração o Art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o qual tem por premissa que “*nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão*, aos seus direitos fundamentais. E, a partir dos resultados obtidos na pesquisa realizada pela autora, onde mães sociais foram entrevistadas e apontaram questões de preconceitos e racismos como pontos cruciais no impacto do desempenho escolar de crianças e adolescentes acolhidos, trazemos a pauta atrelada a questão racial, de classe e de gênero, assim como, as medidas protetivas relativas a crianças e adolescentes como base para esta proposta.

Para organização do curso foram utilizados os resultados da pesquisa **Políticas de Acolhimento Institucional, Raça e Classe: O que dizem as Mães Sociais em uma Instituição de Acolhimento do Distrito Federal?**, vinculada a pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Educação Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB. No qual foram utilizadas técnicas de entrevistas estruturadas, aplicados questionários semiestruturados, sendo desenvolvidas análises documentais e revisões bibliográficas. Para isso, foi utilizada uma estratégia de triangulação de dados, de base qualitativa.

Partindo dos relatos das mães sociais e de suas experiências, com base na história da criança e do adolescente institucionalizado no Brasil, surgiu a ideia da realização de um curso de extensão que possa reunir a participação dessas mães sociais em conjunto com os professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal, que atuam diretamente no atendimento aos acolhidos para qualificação sobre a temática proposta.

Sob esse contexto, é importante fundamentar que o acolhimento institucional remonta o tempo dos escravizados no Brasil, desde a criação da Roda dos Expostos pela Santa Casa de Misericórdia, “um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua

para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa” (Rizzini; Pilotti, 2009). A professora Marcílio (2019) explica que, com o fim do tráfico dos escravizados, foi apresentado um novo projeto para o acolhimento das crianças desvalidas: o Asilo de Educandos.

A difusão da ideia de que a falta de família estruturada gestou os criminosos comuns e ativistas políticos, também considerados criminosos, fez com que o Estado passasse a chamar para si as tarefas de educação, saúde e punição para crianças e adolescentes (Passetti, 2009).

As décadas iniciais desse século registraria algumas propostas do Estado no sentido de dar conta da questão. Cumpre ressaltar a criação, em 1902, do Instituto Disciplinar, institucionalizando o propósito de regenerar, por meio do trabalho e para o trabalho da infância e a adolescência que a pobreza estrutural, matriz do abandono, legava à convivência das ruas (Del Priore et al. 2009).

Mudanças sucessivas nos métodos de internação para crianças e jovens, deslocando-se dos orfanatos e internatos privados para a tutela do Estado, e depois retornando a particulares, praticamente deixaram inalteradas as condições de reprodução do abandono e da infração. Foi o tempo das filantropias e políticas sociais que valorizou, preferencialmente, a internação sem encontrar soluções efetivas (Passetti, 2009).

E desde esse tempo faz-se observar que crianças negras e pobres, quando acolhidas não há diferenciação de tratamento entre as medidas, se protetiva ou socioeducativa. Essa é uma questão recorrente, que no ambiente escolar tem trazido prejuízos consideráveis a essas crianças e adolescentes.

Com essa contextualização, é importante ressaltar que, até os dias de hoje, para quem não conhece e não entende sobre o acolhimento, não o diferencia do processo de internação, que são medidas diferentes (protetiva e socioeducativa). Isso, ao mesmo tempo, gera uma série de preconceitos a essas crianças e adolescentes que, além de terem de lidar com questões como raça e classe, que estão estruturalmente imbricadas na sociedade, têm de enfrentar uma realidade um tanto cruel como a apontada na pesquisa pelo ambiente educacional (por viverem em uma instituição).

Objetivo Geral:

Capacitar, em nível de curso de extensão, mães sociais da Casa Real, num curso Piloto gerado da pesquisa, para pessoas que atuam diretamente com as crianças e adolescentes acolhidos/as, sobre questões de raça, classe e gênero, assim como sobre medidas protetivas a crianças e adolescentes. Especialmente, no que diz respeito ao Acolhimento Institucional.

Objetivos específicos:

- 1) Proporcionar o conhecimento aos profissionais envolvidos em torno dos pressupostos acerca da intersecção entre raça, classe e gênero;
- 2) Favorecer debates em torno da legislação aplicada ao Acolhimento Institucional, a serem as Medidas Protetivas;
- 3) Qualificar os profissionais em torno das questões que surgem a partir dessas intersecções, especialmente no que diz respeito ao Racismo, Preconceito e conceitos que agreguem o debate.

Público-Alvo:

Mães Sociais e Profissionais que atuam com crianças e adolescentes acolhidos.

Quantidade de vagas e carga-horária:

A princípio 40 (sessenta) vagas serão destinadas ao total, sendo 20 para as Mães Sociais (Casa Real) e 20 vagas para os demais profissionais interessados. A ser definido em conjunto com o Departamento de Extensão (DEX) da Universidade de Brasília (UnB). Considera-se 20h/a.

Metodologia:

O curso será oferecido de forma online, através de plataforma virtual específica da Universidade de Brasília/ UnB, de formato síncrono. O material do curso será disponibilizado no momento da aula, através de cronograma a ser definido.

Critério para certificação:

O participante deverá ter, no mínimo, 70% da participação e, responder a avaliação proposta.

2. Sugestão de programação do curso de Extensão

O curso *Momentos de Reflexão: A Intersecção entre Raça, Classe e Gênero e as Medidas Protetivas à Crianças e Adolescentes*, será coordenado pela Professora Renísia Garcia tendo a coordenação auxiliar da autora desta proposta. A partir da Resolução da Câmara de Extensão nº 01/2020, que estabelece os procedimentos operacionais para a implementação no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), a coordenação principal do curso estará a cargo da docente supracitada, visto que somente o profissional vinculado diretamente a Universidade de Brasília poderá ter acesso ao sistema.

Consoante ao sugerido, o curso terá realização de 30h/a, de forma *online*, síncrona, com a temática de Raça, Classe, Gênero e as Medidas Protetivas aplicadas a Crianças e Adolescentes, com o intuito de qualificar Mães Sociais e Professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal quanto a questão das crianças e adolescentes em situação de acolhimento, mostrando a realidade de racismo e preconceitos os quais passam diariamente, conforme apontado em documento base.

DATA: A definir.

| HORÁRIO | EVENTO | TEMÁTICA | RESPONSÁVEL |
|---------|----------|---|-------------------------|
| 08h30m | ABERTURA | APRESENTAÇÃO | MELISSA E PROFA RENÍSIA |
| 10h | AULA 1 | MEDIDAS PROTETIVAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES | A DEFINIR |
| 14h | AULA 2 | RAÇA, CLASSE E GÊNERO | A DEFINIR |

Fonte: Elaborado pela autora.

Conteúdo Previsto:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigos Fundamentais e dos Artigos 98 ao 101)
 - Medidas Protetivas;
- Acolhimento Institucional – O que está previsto no SUAS;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – Conceitos;
- Raça, Classe e Gênero – Debate sobre o ambiente educacional.

Freire (1996) ressalta que ensinar, acima de tudo, **exige respeito aos saberes dos educandos**, que formam e são socialmente construídos na sua prática comunitária. O ato de educar não se limita aos ‘conteúdos’ que o professor possui, pois deve partir do princípio de que há uma troca efetiva de informações e de conhecimento entre educador e educando (Gulassa (2010, p. 17) [grifo nosso].

Corroborando com a fala de Freire (1996), encaminhamos estas sugestões, e acreditamos que havendo adesão por parte do núcleo educacional, com uma *participação conjunta na vida dos infantes dos responsáveis pelo acolhimento e pela escola*, é possível que haja uma mudança na conduta de tratamento às crianças e adolescentes no momento em que chegam às escolas. E com elas se sentindo acolhidas, identificando-se como parte desse contexto, espera-se que o número de evasões e desistências diminuam.